



REUNIÃO ORDINÁRIA DO CNPG - MACEIÓ/AL – 02/03/2012
ATA 04/2012

1
2
3
4
5
6 Aos dois dias do mês de março do ano de dois mil e doze, às nove horas, no Hotel Maceió
7 Atlantic, sito à Avenida Álvaro Otacílio, 4065, Praia de Jatiúca, Maceió/AL, em Reunião Ordinária
8 do Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União,
9 estiveram presentes os Excelentíssimos Senhores Doutores: Kátia Rejane de Araújo Rodrigues,
10 Procuradora-Geral Adjunta, representando Patrícia de Amorim Rêgo, Procuradora-Geral de
11 Justiça do Acre; Eduardo Tavares Mendes, Procurador-Geral de Justiça de Alagoas; Márcio
12 Augusto Alves, Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos e Institucionais,
13 representando Ivana Lúcia Franco Cei, Procuradora-Geral de Justiça do Amapá; Francisco das
14 Chagas Santiago da Cruz, Procurador-Geral de Justiça do Amazonas; Alfredo Ricardo de Holanda
15 Cavalcante Machado, Procurador-Geral de Justiça do Ceará; Eunice Pereira Amorim Carvalhido,
16 Procuradora-Geral de Justiça do Distrito Federal e Territórios; José Marçal de Ataíde Assi,
17 Subprocurador-Geral de Justiça Administrativo, representando Fernando Zardini Antônio,
18 Procurador-Geral de Justiça do Espírito Santo; Rodolfo Pereira Lima Júnior, Subprocurador-Geral
19 de Justiça em exercício, representando Benedito Torres Neto, Procurador-Geral de Justiça de
20 Goiás; Maria de Fátima Rodrigues Travassos Cordeiro, Procuradora-Geral de Justiça do
21 Maranhão; Marcelo Ferra de Carvalho, Procurador-Geral de Justiça do Mato Grosso; Antonio
22 Siufi Neto, Procurador de Justiça, representando Paulo Alberto de Oliveira, Procurador-Geral de
23 Justiça do Mato Grosso do Sul; Alceu José Torres Marques, Procurador-Geral de Justiça de Minas
24 Gerais; Marcos Ferreira das Neves, Subprocurador-Geral de Justiça para a área
25 Jurídico/Institucional, representando Antônio Eduardo Barleta de Almeida, Procurador-Geral de
26 Justiça do Pará; Oswaldo Trigueiro do Valle Filho, Procurador-Geral de Justiça da Paraíba; Adolfo
27 Vaz da Silva Júnior, Procurador de Justiça, representando Olympio de Sá Sotto Maior Neto,
28 Procurador-Geral de Justiça do Paraná; Aguinaldo Fenelon de Barros, Procurador-Geral de Justiça
29 de Pernambuco; Zélia Saraiva Lima, Procuradora-Geral de Justiça do Piauí; Cláudio Soares Lopes,
30 Procurador-Geral de Justiça do Rio de Janeiro, Presidente do CNPG; Eduardo de Lima Veiga,
31 Procurador-Geral de Justiça do Rio Grande do Sul; Fábio Bastos Stica, Procurador-Geral de Justiça
32 de Roraima; Antenor Chinato Ribeiro, Subprocurador-Geral de Justiça, representando Lio Marcos
33 Marin, Procurador-Geral de Justiça de Santa Catarina; Maria Helena Fernandes de Barros,
34 Procuradora de Justiça, representando Orlando Rochadel Moreira, Procurador-Geral de Justiça
35 de Sergipe; Clenan Renaut de Melo Pereira, Procurador-Geral de Justiça de Tocantins; José
36 Garcia de Freitas Júnior, Vice-Procurador Geral da Justiça Militar, representando Cláudia Márcia
37 Ramalho Moreira Luz, Procuradora-Geral da Justiça Militar. Ao iniciar os trabalhos, o Presidente
38 cumprimentou a todos os presentes. Em atenção à pauta, passou-se ao item 11 (Apresentação:
39 Programa “Pernambuco contra o crack” do MP/PE), apresentado pelo Promotor Carlos Eduardo
40 Seabra. Doutor Carlos Seabra iniciou sua apresentação, cumprimentando o Senhor Presidente e



1 os demais Procuradores-Gerais presentes. Esclareceu que trabalha na cidade de Arcoverde,
2 município localizado na “entrada” do sertão pernambucano, e que o projeto criado naquela
3 comarca está sendo estendido a todo o Estado. O referido Promotor apresentou números
4 relativos à situação do tráfico na Comarca e informou que houve a convocação de uma audiência
5 pública, fazendo-se um levantamento das ações sociais já implementadas, mas que comumente
6 não possuíam uma coordenação. Doutor Carlos Eduardo relatou que a Promotoria começou a
7 oferecer propostas de interação e passou a exercer um papel de coordenação. Fez-se também
8 um levantamento de dados relativos às áreas de maior incidência do tráfico, e nesses locais
9 houve uma maior ação social, por exemplo, com a abertura de escolas nos fins de semana e a
10 maior ênfase em atividades culturais e esportivas. Relatou a reordenação das atividades sociais,
11 oferecendo-se o tratamento e acompanhamento às crianças e adolescentes afetadas pelas
12 drogas. O Governo do Estado aderiu ao projeto, oferecendo cooperação para os menores que
13 necessitassem de atendimento em unidades de saúde maiores, externas ao município. O
14 promotor ressaltou que houve um envolvimento efetivo de toda a comunidade e atribuiu o
15 sucesso do projeto à credibilidade da instituição Ministério Público. Fez menção ao Projeto
16 Perímetro Escolar, implementado também pelo MP/PE, proibindo a comercialização de bebidas
17 alcoólicas em um perímetro de 100 metros das escolas. Passou a expor diversas imagens dos
18 eventos relacionados ao Projeto. Destacou a participação das crianças e adolescentes nas
19 festividades natalinas de 2011. Após 8 meses de desenvolvimento do Projeto, houve a redução
20 em 67 % no número de ocorrências nas áreas mapeadas. O Promotor de Justiça relatou que as
21 medidas do Projeto “Pernambuco contra o crack” estão sendo discutidas no Centro de Apoio às
22 Promotorias de Infância e Juventude e no Centro de Apoio às Promotorias de Defesa da
23 Cidadania, com vistas a apresentar um projeto de captação de recursos à Secretaria Nacional de
24 Segurança Pública e à Secretaria Nacional Antidrogas, para formar efetivamente uma rede de
25 proteção. Ao final, agradeceu ao PGJ/Estado de Pernambuco, Doutor Aguinaldo Fenelon a
26 oportunidade de apresentar o trabalho desenvolvido ao CNPG. Em seguida, manifestou-se o
27 Doutor Fernando Grella, PGJ/Estado de São Paulo, o qual externou os cumprimentos ao Doutor
28 Carlos Eduardo e ao Doutor Aguinaldo Fenelon pela louvável iniciativa. Opinou que essa prática
29 deve ser difundida, inspirando as demais Instituições Ministeriais. Foi aprovada à unanimidade
30 pelo Colegiado a proposta de incluir o Projeto no rol das boas práticas do CNPG. Em seguida,
31 conforme o item 12 da pauta (Apresentação: Programa “Perímetro de Segurança Escolar” do
32 MP/PE), foi concedida a palavra ao Doutor Paulo Augusto de Freitas. O Promotor de Justiça
33 ressaltou que a atual gestão do *Parquet* pernambucano está voltada para a aproximação dos
34 membros e da instituição junto à sociedade. Ressaltou que o projeto deve-se ao fato de a droga
35 lícita, o álcool, ser a porta de entrada, na verdade, para as outras drogas mais nefastas,
36 sobretudo o crack. Ressaltou que o fundamento desse perímetro de segurança escolar surgiu
37 como uma demanda natural na Promotoria de Cachoeirinha, que é um Município que fica no
38 Agreste de Pernambuco, a pouco mais de 140 km da capital, com uma população de 30.000
39 habitantes, e que também apresenta vários problemas relacionados ao consumo e ao tráfico de
40 drogas. Diante da procura da comunidade escolar, dos diretores de escola, dos pais de alunos,
41 do próprio Conselho Tutelar, foi realizada uma pesquisa de campo, com um público de quase

1 2.000 alunos da rede pública e da rede particular de ensino, utilizando-se um questionário com
2 10 perguntas, sobretudo voltadas ao conhecimento da droga e ao consumo de álcool nas portas
3 das escolas. Os resultados mostraram que efetivamente a droga chegou dentro da escola, o
4 álcool domina as portas das escolas, de sorte que o tráfico entorpecente está no muro da escola,
5 colada a escola. Uma outra constatação, já numa pesquisa com os diretores e professores de
6 escolas, foi constatar a elevada evasão escolar. Ao procurar uma solução para esse problema,
7 recorreu-se à Lei Estadual nº 10.454/1990, a qual estabeleceu em Pernambuco o perímetro de
8 segurança escolar, que corresponde à área contígua a cada escola num diâmetro de 100 metros,
9 e essa área de segurança escolar, nos termos da lei, resguardar o alunado, funcionários e
10 professorados de ameaças diversas de pessoas capazes de causar qualquer tipo de violência,
11 tráfico e venda de quaisquer substâncias e produtos nocivos à saúde e qualquer forma de
12 corrupção. Com base nessa lei, na Constituição e no Estatuto da Criança e Adolescente, instituiu-
13 se, inicialmente no município de Belo Jardim e após em Cachoeirinha o Projeto. Informou que o
14 Procurador Geral de Justiça, Dr. Aguinaldo Fenelon, institucionalizou esse projeto, estendendo-o
15 para 62 Municípios de Pernambuco, o que corresponde a 1/3 das cidades pernambucanas.
16 Doutor Paulo Augusto esclareceu que, com base em todo o arcabouço legal e do problema que
17 se apresentava, resolveu-se traçar um plano de ação para que o perímetro de segurança fosse
18 respeitado em todo estado de Pernambuco. Nesse sentido, reuniram-se o Procurador Geral, o
19 CAOP de Cidadania e o CAOP da Infância e Juventude. O objetivo era, inicialmente, envolver e
20 sensibilizar os membros do Ministério Público. Em um segundo momento, após estabelecido um
21 planejamento que foi distribuído para todos os Promotores, ocorreram audiências públicas nos
22 municípios, inclusive com a presença do Procurador-Geral. Uma fase seguinte, é o firmamento
23 de um termo de ajustamento de conduta ou uma recomendação junto aos gestores públicos.
24 Outra estratégia adotada, segundo o Promotor, foi a de criação de uma lei municipal prevendo
25 esse perímetro de segurança escolar, já que a Lei Estadual apenas aponta uma diretriz, e a Lei
26 Municipal estabelece medidas de efetividade, sobretudo relacionadas as sanções àqueles que
27 desobedecerem as regras impostas. Em seguida, é feito um monitoramento do cumprimento
28 através da fiscalização do apoio das polícias, do conselho tutelar, e da própria comunidade
29 escolar, sendo os professores e os diretores os principais fiscais desse perímetro. O MP, em caso
30 de denúncias, notifica o estabelecimento, notifica o próprio município para que adote as
31 providências, já havendo ocorrido a cassação do alvará de funcionamento dos estabelecimentos
32 em alguns Municípios. O promotor noticiou que em pouco mais de 1 ano, e após a
33 institucionalização do Projeto, há alguns resultados significativos, entre os quais o fato de o
34 programa já estar integrado Pacto pela Vida, um projeto maior do Governo estadual, bem como
35 a redução da evasão escolar. Realizou-se também uma sensibilização dos comerciantes locais, ou
36 seja, de que aquela criança que entra naquele estabelecimento e tem acesso à bebida alcoólica,
37 num segundo momento vem com a arma na mão para assaltar aquele comerciante, portanto de
38 que o comerciante está contribuindo para a redução da violência, até mesmo dentro do seu
39 estabelecimento comercial. Ao final, Doutor Paulo Augusto agradeceu a oportunidade concedida
40 ao Ministério Público de Pernambuco de apresentar dois projetos bem-sucedidos, os quais têm
41 contribuído bastante para a redução da criminalidade. Doutor Cláudio cumprimentou os



1 apresentadores, parabenizando-os e ao PGJ/Estado de Pernambuco, sugerindo o
2 encaminhamento dos Projetos ao Banco de Boas Práticas do CNPG e também para o CNMP. Em
3 seguida, Doutor Felon sugeriu implementar a prática de audiências mensais ou bimestrais com
4 um Ministério da União, momento em que seriam demonstrados os projetos de resgate da
5 cidadania. Para o referido PGJ, essa seria uma estratégia de demonstrar a força do CNPG, em
6 que está representado cada membro do Ministério Público em todo o País. Em continuação,
7 Doutor Cláudio anunciou as homenagens a dois Procuradores-Gerais, conforme deliberado no
8 dia anterior, em que foi aprovada à unanimidade a prática de concessão do Colar do Mérito do
9 CNPG aos Procuradores-Gerais que estão deixando o Colegiado, em virtude do término dos
10 mandatos. O Presidente do CNPG dirigiu-se ao Doutor Fernando Grella, ressaltando os valores
11 pessoais e profissionais do homenageado e parabenizando-o. Após o recebimento da medalha, o
12 Doutor Grella, saudando o Presidente do CNPG e aos demais presentes, externou seu
13 agradecimento, destacando, em seu discurso, a extrema relevância do papel do Ministério
14 Público na manutenção da normalidade democrática e nos avanços da cidadania. Destacou que a
15 criação de dois regimes jurídicos em face da implementação do regime complementar de
16 previdência, e que o tema deve ser trabalhado com bastante consistência, sob pena de perda de
17 grandes valores para as carreiras do Ministério Público. Doutor Aguinaldo Felon, PGJ/Estado
18 de Pernambuco dirigiu-se ao Doutor Grella, cumprimentando-o pelo seu exemplo e declarando
19 sua admiração por toda a história. Em seguida, conforme a deliberação do Colegiado, foi
20 prestada homenagem ao Doutor Eduardo Mendes. Doutor Cláudio dirigiu ao PGJ/Estado de
21 Alagoas, declarando sua admiração pelo homenageado, nos pontos de vista pessoal e
22 institucional. Após o recebimento do colar do mérito, Doutor Eduardo dirigiu-se a todos e
23 declarou sua gratidão pela homenagem conferida, destacando algumas das realizações de sua
24 gestão à frente do *Parquet* alagoano. Em sequência, antes de passar à apreciação do item 13 da
25 pauta (Apresentação: Campanha “Ministério Público pela paz no trânsito e em defesa da vida”
26 do MP/PI), apresentado pelas Promotoras de Justiça Marlúcia Gomes Evaristo Almeida e Janaína
27 Rose Ribeiro Aguiar. Doutor Cláudio informou à PGJ/Estado do Piauí, Doutora Zélia Saraiva Lima
28 o recebimento de ofício em apoio à Moção de Solidariedade aprovada pelo CNPG na Reunião
29 Ordinária de janeiro/2012 à referida Procuradora Geral. Com a palavra, Doutora Zélia
30 cumprimentou a todos os presentes, dando as boas vindas ao recém-empossado Procurador-
31 Geral de Justiça do Ceará, Doutor Ricardo Machado. Acerca da campanha, esclareceu que o
32 grande objetivo era reduzir o número de acidentes de trânsito e do conseqüente índice de
33 mortalidade, passando a palavra para as Promotoras Marlúcia Gomes Evaristo Almeida e Janaína
34 Rose Ribeiro Aguiar. Doutora Janaína iniciou sua apresentação, agradecendo à PGJ/Estado do
35 Piauí e apresentou os números altíssimos de mortes no trânsito, notadamente em se tratando
36 de motociclistas. À época da elaboração do Projeto, Teresina era a quinta cidade no ranking das
37 mortes no trânsito. Como metas da Campanha, dentre outras, apontou a conscientização dos
38 motoristas e da população em geral, capacitação dos atores sociais para o exercício contínuo das
39 rotinas de prevenção, a municipalização do trânsito e estimula as autoridades responsáveis a
40 reprimir intensivamente os infratores. Relatou, ademais, que foi editada uma Recomendação
41 conjunta da Procuradoria-Geral e da Corregedoria-Geral voltada à promoção da Campanha.



1 Registrou a importância das parcerias com diversos órgãos estaduais de fiscalização, das Polícias,
2 do Sistema S, e outros mais. Também foram promovidas atividades educativas, que contribuíram
3 para a formação de policiais e outros interessados. Em diversas ocasiões, Promotores de Justiça
4 foram às ruas para distribuir panfletos informativos e exibir faixas com mensagens
5 esclarecedoras. Dando continuidade à apresentação, Doutora Marlúcia abordou a participação
6 do MP/PI no Dia da memória das vítimas de acidentes, momento em que visitaram-se os locais
7 onde houve acidentes violentos. Doutora Janaína ainda relatou o lançamento da Campanha em
8 diversas cidades do interior do estado. Apresentou ao Colegiado do CNPG todo o material de
9 divulgação da Campanha, inclusive o *spot* principal para veiculação em rádio e *jingles* dirigidos a
10 jovens, identificados como as maiores vítimas do trânsito, além do VT da Campanha, ressaltando
11 a preocupação em garantir a acessibilidade ao conteúdo para as pessoas portadoras de
12 deficiência. Já houve redução no número de mortes por acidentes em todas as modalidades de
13 veículos, comparados os dados de 2011 com 2010. Doutora Marlúcia destacou que a Campanha
14 também implicou a redução dos gastos com os feridos, fato este já constatado pelo Governo do
15 Estado, inclusive no tocante à realidade do interior, que gastava com o deslocamento dos feridos
16 graves para Teresina, em virtude da falta de estrutura nas cidades de origem. Houve o
17 reconhecimento da Organização Pan-Americana de Saúde e da Organização Mundial da Saúde
18 (OMS) em relação ao Projeto, já havendo solicitado o material. Também manifestou interesse o
19 Ministério das Cidades, que demonstrou a vontade de replicar a experiência piauiense. O MP/PI
20 recebeu o Prêmio Vida no Trânsito da OMS. Doutor Cláudio parabenizou a Doutora Zélia e as
21 Promotoras de Justiça pela iniciativa e pela qualidade do material da Campanha. Sugeriu o
22 encaminhamento do Projeto ao Banco de dados de Boas Práticas, sob a responsabilidade do
23 Doutor Zardini, PGJ/Estado do Espírito Santo. O Presidente do CNPG sugeriu que o material
24 pudesse ser veiculado nacionalmente, dependendo da aceitação nas emissoras, incorporando-se
25 à Campanha o logotipo do CNPG. A proposta foi aprovada pelo Colegiado à unanimidade. Doutor
26 Grella sugeriu, tornando pública opinião do Subprocurador Geral de Justiça do MP/GO, Doutor
27 Rodolfo Lima Júnior, que, ao lado do Banco de Boas Práticas, fosse criado o Banco do Resultado
28 das Boas Práticas, principalmente para fortalecer as ações repressivas, por vezes necessária, em
29 face dos agentes políticos. Em seguida, atendendo ao item 15 da pauta (Definição de data para o
30 Lançamento Nacional dos Comitês de Enfrentamento Às Drogas), apresentado pela Doutora
31 Isabel Maria Salustiano Arruda Pôrto. A Promotora, anteriormente Secretária-Geral do GNDH,
32 ressaltou ser a Criação desses Comitês um compromisso já estabelecido com o Ministério da
33 Saúde pela gestão anterior da Diretoria do GNDH e encaminhou ao Colegiado do CNPG a
34 delimitação de uma data para o Lançamento Nacional. Após discussão sobre o tema, ficou
35 definido que na próxima reunião do CNPG será submetida ao Colegiado a data a ser escolhida na
36 próxima reunião do GNDH a ocorrer no Rio de Janeiro. Um outro tema levantado por Doutora
37 Isabel disse respeito ao livro do GNDH. Uma vez estabelecida a necessidade de análise mais
38 detida pelo Colegiado do CNPG da obra, ficou deliberado apresentar a sugestão sobre a
39 Comissão Editorial na próxima reunião do CNPG. Após, Doutor Cláudio anunciou a presença do
40 senador Benedito de Lira, agradecendo-lhe a gentileza do comparecimento. O referido
41 Parlamentar comprometeu-se em defender as causas do Ministério Público no Senado, ainda



1 mais quando o relacionamento do senador com o MP já data de bastante tempo. Colocou-se à
2 disposição para atender os membros do Colegiado para o que se fizer necessário. Doutor Cláudio
3 agradeceu a presença do Senador Benedito de Lira, principalmente em virtude da
4 disponibilidade do Parlamentar em defender as causas do MP. Doutor Eduardo Mendes também
5 externou os agradecimentos ao Senador, declarando ter nele um aliado para as causas
6 ministeriais. Doutor Cláudio, atendendo ao pedido do Coordenador da Campanha “O que você
7 tem a ver com a corrupção?”, encaminhou a solicitação para que os estados de Roraima e da
8 Paraíba indiquem os representantes estaduais. O Presidente ainda agradeceu a presença dos
9 Conselheiros do CNMP, ressaltando a relevância desse canal de diálogo entre o CNPG e aquele
10 Conselho Nacional. Os itens 9 (Apresentação do Relatório Final da Operação Nacional de
11 Combate À Sonegação de 2011) e 14 (Grupos Especiais e Forças Tarefas do MP - Ofício nº.
12 12/2011/Comissões-CNMP expedido pela Comissão de Preservação da Autonomia do MP), a
13 pedido do Relator, Doutor Oswaldo Trigueiro do Valle Filho, PGJ/Estado da Paraíba, foram
14 alocados para a próxima Reunião do CNPG, assim como o item 5 (Temas para o Livro do CNPG).
15 Nada mais havendo a tratar, o Presidente do CNPG declarou encerrada a sessão, sendo por mim,
16 Maria Helena Nunes Lyra, Secretária Executiva, lavrada a presente ata.

17

18

19

20

21

Claudio Soares Lopes

22

Presidente do CNPG

23

24

25

26

Maria Helena Nunes Lyra
Secretária Executiva do CNPG

27